A PARA-D.V. Associação para o Apoio e Integração do Deficiente Visual, CNPJ: 01.053.806/0001-00, com sede na cidade de Araraquara, a Rua São Bento nº 700, 4º andar, CEP-14.801-000 Centro, Araraquara - SP, - SP, representada, por Edson Ribeiro Viana, RG 8.345.415-9, CPF 648.288.598-53, brasileiro, casado, filho de Emília Francisca da Silva Viana, e de Raimundo Ribeiro Viana, profissão, aposentado, residente e domiciliado na Avenida Alfredo Gabriel Hadadd, 392- Jardim Eliana, Araraquara, SP, e-mail helena-pv@hotmail.com vem, respeitosamente, requerer o registro da Ata de Assembleia Geral Extraordinária para fins alteração de Estatuto com a mudança de endereço para a Rua São Bento nº 700, 4º andar, salas 41 e 42 - CEP-14.801-000 Centro. Araraquara - SP, juntando para tanto os documentos exigidos por lei.

Araraquara, 11 de Julho de 2023

Edson Ribeiro Viana Presidente

Ata número duzentos e quarenta e seis (246) página nove (09) livro três, (03) da Assembleia Geral Extraordinária da PARA-D.V. - Associação Para o Apoio e Integração do Deficiente Visual realizada no dia onze de julho de dois mil e vinte e três (11/07/2023) conforme edital fixado na Sede da PARA-D.V. no dia 27/06/2023, em sua nova Sede a Rua São Bento, nº 700, Edifício Waldo Barbieri, 4º andar, salas 41 e em Araraquara, Estado de São Paulo, às 18:00 (dezoito horas) em sua segunda convocação as 18h30min (dezoito horas e trinta minutos), Assembleia Geral Extraordinária de Diretoria e Conselho Fiscal que contou com os seguintes membros: Edson Ribeiro Viana, Lydia da Cruz Marques, Maria Helena Palhares Viana, Debora Morette da Silva Camargo, Maria José Oliveira de Moraes. Akemi Kaneshiro Ogata, Nelson Martiniano Oliveira de Moraes, José Nilton de Santana, Deise Cristina Cagnin Dias, Maria Helena Morette da Silva, Evelin Cristina dos Santos Fernandes e Claudinéia Vojivoda Medeiros. O Sr. Edson cumprimentou a todos, agradeceu a presença dando inicio a reunião. Passou para os assuntos do dia: deliberar sobre alteração de Estatuto. Considerando a aprovação em assembleia realizada em nove de maio de 2023 (09/05/2023) Ata de nº245, página 08 do livro 03, da venda e compra da antiga sede da PARA-D.V. - Associação para o Apoio e Integração do Deficiente Visual, Edifício Domingos Barbieri, situada a Av. Duque de Caxias, 364 - 1° andar, salas 11, 12, 13, 14, 15, 16, CEP 14.801-120 - Centro -Araraquara – SP, e compra das salas, 41 e 42, do 4º andar do Edifício Waldo Barbieri. situada à Rua São Bento nº 700, CEP-14.801-000 Centro, Araraguara - SP, que se constituirão na nova sede da Associação, decidiu-se por unanimidade a favor, a alteração do Art. 1º do Estatuto Social, que passará a ter a seguinte redação: "Art. 1º - A PARA-D.V. – ASSOCIAÇÃO PARA O APOIO E INTEGRAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL, também designada "PARA-D.V.", é uma Associação nos termos do artigo 53 do Código Civil (Lei 10.406/2002), sem fins lucrativos e com fins não econômicos, que terá duração por tempo indeterminado, com nova sede à Rua São Bento nº 700, 4º andar salas 41 e 42, Edifício Waldo Barbieri, Centro, CEP 14.801-000, no Município de Araraquara, Estado de São Paulo, e foro em Araraquara-SP." Juntando-se a presente ata o Estatuto consolidado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente agradeceu presença de todos e deu por encerrada a reunião às dezenove horas e eu Debora Morette da Silva Camargo, primeira secretária lavrei a presente Ata de número duzentos 2013 quarenta e seis (246) página nove (9) livro três, (03) que vai assignada pelo presidente, pelo advogado e pela primeira tesoureira. Araraquara, onze de julho de dois mil e vinte e três.

Márcio Richarde Eiras

Advogado

OAB/SP 158.555

Edson Ribeiro Viana

Claudinéia Vojivoda Medeiros

1º Oficial de Registro Civil de Pessoa Jurídica de Araraquara Av. Brasil, 599 - Centro - Araraquara - SP

Apresentado hoje, protocolado no livro A-22 , registrado e microfilmado sob N° 47878 em 10 de agosto de 2023.

Microfilme anterior 47764

FERNANDO MENRIQUE TRACHO DA SILVA.

 EMOL
 ESTADO
 SEFAZ
 R.CIVIL
 T.J.
 FEDMP
 ISS
 TOTAL

 114,44
 32,53
 22,26
 6,02
 7,86
 5,49
 3,43
 192,03

## Araraquara, 27 de Junho de 2023

## **EDITAL**

Ficam todos os associados, nos termos dos dispostos no Cap. X. do Art. 48, dos Estatutos da Entidade, convocados para a Assembleia Geral Extraordinária que se realizará na Sede da PARA-D.V., Rua São Bento, nº 700 – 4º andar – sala 41 e 42, no dia 11 de julho de 2023, às 18:00 horas em primeira convocação e, às 18:30 horas em segunda convocação, para Deliberarmos sobre a alteração de Estatuto Social com a mudança de endereço da PARA-D.V., para a Rua São Bento nº 700, 4º andar, CEP-14.801-000 Centro, Araraquara – SP.



PARA-D.V. ASSOCIAÇÃO PARA O APOIO E INTEGRAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL LISTA DE PRESENÇA – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – 11 DE JULHO DE 2023 (ONZE DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E TRES ) – ALTERAÇÃO DE ESTATUTO SOCIAL COM MUDANÇA DE ENDEREÇO PARA A RUA SÃO BENTO Nº 700, 4º ANDAR, SALAS 41 E 42 - CEP-14.801-000 CENTRO, PRIMEIRA CONVOCAÇÃO ÀS 18:00 HORAS.

NOME Chana Helera P. Viana Elo N L. 2 Ci RG JINNE Condino Voivedo moduros	ASSINATURA  Lay Sodue
J. T.	- Milante
	→ ○ □
PARA-D.V. ASSOCIAÇÃO PARA O APOIO E INT LISTA DE PRESENÇA – ASSEMBLEIA GERAL	TEGRAÇÃO DO DEFICIENTE VISUA
DE 2023 (ONZE DE JULHO DE DOIS MIL E VINT	77
ALTERAÇÃO DE ESTATUTO SOCIAL COM MU	DANCA DE ENDERECO PARA RUA
SÃO BENTO Nº 700, 4º ANDAR, SALAS 41 E 42 - SEGUNDA CONVOCAÇÃO ÀS 18:30 HORAS.	CEP-14.801-000 CENTRO, 20 04 78 01 CA
SEGUNDA CONVOCAÇÃO AS 18:30 HORAS.	1 5 0
NOME	
NOME	ASSINATURA
Circlin C. das S. Jerrander	Englin C. dos & Sernander
Maria José V. de 7 Jonais	
Mix Odellina Carrin Klas	- A Cyclias
Maria typelore Pallings Viana	Chapte Hurne
Edrow labetho Unit	The state of the s
daydineio Vojivade Madues	- Gymoclus
Kydic da ling Marques	Jelygypus -
monia Stelena moutle silva	metrale
Isboro morati do lo Comazo	
AKEMI KANESHIRO CEATA	alifyly both
Jose Milton de Santan-	fartene
Nolson M. O. dentoras	Morale Words

PARA-D.V. – Associação para o Apoio e Integração do Deficiente Visual
Rua São Bento, 700 – 4º Andar – salas 41 e 42 – Centro – Araraquara/SP
Declarada de Utilidade Pública Municipal em 10/02/1999
Inscrição COFRAS nº 5376 – Inscrição CMAS n° 27
Registro no COMCRIAR nº 004 – CNPJ – 01.053.806/0001-00
Utilidade Pública Federal 03/04 – Fone (16) 3333 1212

#### **ESTATUTO**

## PARA-DV - ASSOCIAÇÃO

## PARA O APOIO E INTEGRAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL

## CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede, Duração e Fins

Art. 1º - A PARA-DV - ASSOCIAÇÃO PARA APOIO E INTEGRAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL, também designada "PARA-DV", é uma Associação nos termos do artigo 53 do Código Civil (Lei 10.406/2.002), sem fins lucrativos e com fins não econômicos, que terá duração por tempo indeterminando, com sede á Rua São Bento nº 700, salas 41 e 42, Centro, CEP 14801-300, no município de Araraquara, Estado de São Paulo, e foro em Araraquara-SP.

## Art. 2° - A PARA-DV tem por finalidades:

- ser um centro de convivência para deficientes visuais e seus familiares;
- II promover a integração da pessoa portadora de deficiência visual em todas a instâncias sociais;
- obter e divulgar conhecimentos sobre a deficiência visual, para uso dos portadores de deficiência visual e seus familiares, bem como da sociedade em geral;
- IV funcionar como entidade aglutinadora de informações que levem à constituição de um banco de dados sobre a incidência e etiologia da deficiência visual na região de Araraquara;
- desenvolver e executar programas de Intervenção Precoce, Educação Especial
   e Reabilitação com a finalidade de suprir necessidades especiais dos portadores de deficiência visual, de qualquer faixa etária;
- VI desenvolver ações para a prevenção da cegueira, visão subnormal e ambliopia junto à sociedade;
- VII promoção da assistência social aos deficientes visuais e seus familiares.

\* A

10 or

SON WIDICA

Rua São Bento, 700 – 4º Andar – salas 41 e 42 – Centro – Araraquara/SP Declarada de Utilidade Pública Municipal em 10/02/1999 Inscrição COFRAS nº 5376 – Inscrição CMAS n° 27 Registro no COMCRIAR nº 004 – CNPJ – 01.053.806/0001-00 Utilidade Pública Federal 03/04 – Fone (16) 3333 1212

Parágrafo Único - O termo deficiente visual refere-se a todo aquele que apresentar alteração do seu sistema visual, não possível de tratamento, que comprometa uma ou mais funções visuais, de maneira a prejudicar o desempenho em atividades visuais do dia-a-dia, caracterizado pelos termos cegueira e baixa visão, de acordo com as definições da Organização Mundial de Saúde - CID — 10.

Art. 3º - No desenvolvimento de suas atividades, a PARA-DV observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, sem qualquer discriminação de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, prestando serviços gratuitos.

Art. 4º - A PARA-DV terá um Regimento Interno que, aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

Art. 5º - A fim de cumprir suas finalidades, a instituição se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo Regimento Interno aludido no art. 4°.

Art. 6º - Poderão ser utilizados todos os meios adequados e permitidos na lei para consecução das finalidades, podendo-se, inclusive, desenvolver outras atividades acessórias voltadas ao desenvolvimento dos objetivos institucionais por meio de: execução direta de projetos, programas ou planos de ações; celebração de convênios, contratos ou outros instrumentos jurídicos; doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

#### CAPÍTULO II

## Dos Associados

Art. 7º - A PARA-DV é constituída de número ilimitado de associados, distinguidos em quatro categorias:

- Fundadores
- II Contribuintes
- III Benfeitores

\*\*

Rua São Bento, 700 – 4º Andar – salas 41 e 42 – Centro – Araraquara/SP Declarada de Utilidade Pública Municipal em 10/02/1999 Inscrição COFRAS nº 5376 – Inscrição CMAS n° 27 Registro no COMCRIAR nº 004 – CNPJ – 01.053.806/0001-00 Utilidade Pública Federal 03/04 – Fone (16) 3333 1212

#### IV - Beneméritos

- § 1º São associados fundadores aqueles que tomaram parte na Assembleia de Fundação e assinaram a Ata da referida Assembleia, obrigando-se a uma contribuição a ser fixada pela Diretoria.
- § 2° São associados contribuintes toda pessoa física, ou jurídica sem fins lucrativos, que contribua mensal ou anualmente, com valor mínimo fixado pela Diretoria.
- § 3º São associados benfeitores aqueles que prestarem serviços à entidade como voluntários, os quais a Diretoria poderá isentá-los de contribuição.
- § 4° São associados beneméritos todo aquele que, através de donativos ou serviços, prestar ajuda excepcional à Associação. Os associados beneméritos não têm direito a voto, salvo se for também associado contribuinte.

## Secção I

## Da Admissão, Demissão e Exclusão dos Associados

Art. 8º - Os associados serão admitidos dentre pessoas idôneas, pela indicação de qualquer dos associados (fundadores, contribuintes, benfeitores, beneméritos) e com a aprovação da diretoria.

Art. 9º - Os associados perdem seus direitos:

- se deixarem de cumprir quaisquer de seus deveres;
- Il se infringirem qualquer disposição estatutária, regimento ou qualquer decisão dos órgãos sociais;
- III se praticarem atos nocivos ao interesse da associação;
- se praticarem qualquer ato que implique em desabono ou descrédito da associação ou de seus membros; ou
- v se praticarem atos ou valerem-se do nome da associação para tirar proveito patrimonial ou pessoal, para si ou para terceiros.

X X

10 AGO 23

DE PESSON JUNIQIO

Rua São Bento, 700 – 4º Andar – salas 41 e 42 – Centro – Araraquara/SP Declarada de Utilidade Pública Municipal em 10/02/1999
Inscrição COFRAS nº 5376 – Inscrição CMAS n° 27
Registro no COMCRIAR nº 004 – CNPJ – 01.053.806/0001-00
Utilidade Pública Federal 03/04 – Fone (16) 3333 1212

- § 1º Em qualquer das hipóteses previstas acima, além de perderem seus direitos, havendo justa causa, o associado poderá ser demitido ou excluído da Associação por decisão da diretoria, após o exercício do direito de defesa; poderá ainda ocorrer a exclusão se for reconhecida a existência de motivos graves, em deliberação fundamentada pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para este fim.
- § 2º Da decisão da Diretoria que pretenda excluir um associado, cabe recurso à Assembleia Geral, que decidirá, por maioria de votos, sobre a exclusão ou não do associado, em Assembleia especialmente convocada para esse fim.

## Secção II

## Dos Direitos e Deveres dos Associados

Art. 10 - São direitos dos associados quites com suas obrigações sociais:

- votar e ser votado para os cargos eletivos, observado os termos do art. 7º, inciso IV;

tomar parte nas Assembleias Gerais;

- sugerir à Diretoria, por escrito, medidas ou providências que aspirem ao aperfeiçoamento operativo da entidade, bem como denunciar qualquer resolução que fira as normas estatutárias;

IV - participar das atividades da associação:

Art. 11 - São deveres dos associados:

respeitar e cumprir as disposições estatutárias e regimentais;

- acatar as determinações da Diretoria e as resoluções das Assembleias;

III - zelar pelo decoro e bom nome da Associação e,

IV - participar das Assembleias Gerais.

Art. 12 - Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações constituídas pela associação.

A A

Rua São Bento, 700 - 4º Andar - salas 41 e 42 - Centro - Araraguara/SP Declarada de Utilidade Pública Municipal em 10/02/1999 Inscrição COFRAS nº 5376 - Inscrição CMAS n° 27 Registro no COMCRIAR nº 004 - CNPJ - 01.053.806/0001-00 Utilidade Pública Federal 03/04 – Fone (16) 3333 1212

Art. 13 - Qualquer associado poderá, por iniciativa própria, desligar-se do quadro social da PARA-DV, sem a necessidade de declinar qualquer justificativa ou motivação específica, a qualquer tempo, bastando para isso, manifestação expressa de carta datada e assinada endereçada à entidade.



## CAPÍTULO III

#### Do Conselho de Usuários

Art. 14 - O Conselho de Usuários é composto de usuários dos serviços prestados pela PARA-DV, escolhidos entre seus pares em número de no mínimo três e no máximo onze, com as seguintes atribuições:

- respeitar e observar os Estatutos da Associação, as disposições regimentais, deliberações da diretoria e da Assembleia Geral;
- 11 - estimular e fiscalizar a participação dos usuários nos processos de benefícios da vida econômica, social e cultural da sociedade;
- III - levar à diretoria sugestões para a solução de assuntos por eles apresentado e,
- IV - participar dos grupos de trabalho, das reuniões e assembleias, convidados;

Parágrafo Único - Os membros do Conselho de Usuários não terão direito a votar e ser votado, mas poderão participar dos debates nas reuniões de Diretoria-

Assembleias.

## CAPÍTULO IV

## Da Administração

Art. 15 - São órgãos da PARA-DV:

- Assembleia Geral

Rua São Bento, 700 – 4º Andar – salas 41 e 42 – Centro – Araraquara/SP Declarada de Utilidade Pública Municipal em 10/02/1999 Inscrição COFRAS nº 5376 – Inscrição CMAS n° 27 Registro no COMCRIAR nº 004 – CNPJ – 01.053.806/0001-00 Utilidade Pública Federal 03/04 – Fone (16) 3333 1212

- II Diretoria
- III Conselho Fiscal
- § 1º Não percebem seus diretores, conselheiros, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou titulo, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.
- § 2° A associação adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais em decorrência da participação em sua gestão.

## Seção I

## Da Assembleia Geral

Art. 16 - A Assembleia Geral, órgão soberano da vontade social, constituir-se-á dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 17 - Compete à Assembleia Geral:

eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;

decidir sobre reformas e alterações do Estatuto;

III - decidir sobre a extinção da entidade nos termos do artigo 44;

 IV - decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;

V - aprovar o Regimento Interno;

VI - apreciar o relatório de atividades do exercício findo e decidir sobre a aprovação das contas e balanço anual, apresentados pela Diretoria;

VII - destituir administradores e;

VIII - decidir a exclusão dos associados, em grau de recurso.

X

Rua São Bento, 700 – 4º Andar – salas 41 e 42 – Centro – Araraquara/SP Declarada de Utilidade Pública Municipal em 10/02/1999 Inscrição COFRAS nº 5376 – Inscrição CMAS n° 27 Registro no COMCRIAR nº 004 – CNPJ – 01.053.806/0001-00 Utilidade Pública Federal 03/04 – Fone (16) 3333 1212

§ 1º - Para as deliberações a que se referem os incisos II, III e VII, é exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

- § 2º Na aprovação das contas previstas no inciso VI, deverá atentar para:
- a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas
   Brasileiras de Contabilidade;
- que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS;
- realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do Termo de Parceria;
- IV a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública, recebidos pela PARA-DV, será feita conforme determina o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal.
- Art. 18 A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente:
- uma vez por ano, para:
- a) apreciar o relatório anual de atividades da Diretoria e elaborar planejamento para o exercício seguinte;
- b) discutir e homologar as contas e o balanço aprovados pelo Conselho Fisca
- uma vez cada 04 anos, para eleição da Diretoria e do Conselho Fisçal;
- Ar. 19 A Assembleia Geral reunir-se-á, extraordinariamente, quando houver interesses da associação que exigirem o pronunciamento dos associados e para os fins previstos por lei, bem como nos seguintes casos:
  - reforma do estatuto;

1

- eleição de membros da Diretoria ou do Conselho Fiscal, por renúncia daqueles em exercício;
- III destituição de administradores ou conselheiros;

\* X

DE PESSON JU

PARA-D.V. – Associação para o Apoio e Integração do Deficiente Visual Rua São Bento, 700 – 4º Andar – salas 41 e 42 – Centro – Araraguara/SP Declarada de Utilidade Pública Municipal em 10/02/1999 Inscrição COFRAS nº 5376 - Inscrição CMAS nº 27

Registro no COMCRIAR nº 004 - CNPJ - 01.053.806/0001-00 Utilidade Pública Federal 03/04 - Fone (16) 3333 1212

- exclusão de associados, em grau de recurso. IV

Art. 20 - A Assembleia Geral reunir-se-á, extraordinariamente, quando convocada:

1 - pela Diretoria;

11 - pelo Conselho Fiscal;

- por requerimento de 10% (dez por cento) dos associados quites com as III obrigações sociais;

Art. 21 - A Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da instituição, por circulares ou outros meios adequados, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo único - Qualquer Assembleia instalar-se-á em primeira convocação com a maioria dos associados inscritos até a data da mesma e em segunda convocação, decorridos trinta minutos, com qualquer número de associados, desde que a Lei ou o Estatuto não exijam quórum especial e as deliberações serão tomadas por maioria simples dos associados presentes, salvo exceções previstas por este Estatuto ou em-Lei.

#### Seção II

#### Da Diretoria Executiva

Art. 22 - A Diretoria, que se reunirá ordinariamente uma vez por mês, será constituidaco por um Presidente, um vice-presidente, primeiro e segundo Secretários, primeiro e segundo Tesoureiros, devidamente eleitos pela Assembleia Geral entre os associados.

§ 1º - O mandato da Diretoria será de 04 anos, não devendo haver mais de 1 (uma) reeleição consecutiva por igual período e não havendo limite para reeleições não sucessivas.

§ 2º - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu término.

Rua São Bento, 700 – 4º Andar – salas 41 e 42 – Centro – Araraquara/SP

Declarada de Utilidade Pública Municipal em 10/02/1999

Inscrição COFRAS nº 5376 – Inscrição CMAS n° 27

Registro no COMCRIAR nº 004 – CNPJ – 01.053.806/0001-00

Utilidade Pública Federal 03/04 – Fone (16) 3333 1212

§ 3° - Qualquer administrador poderá ser excluído, conforme inciso III do artigo 19 se a juízo da Assembleia Geral, tiver violado quaisquer disposições deste estatuto ou, vierem a ser condenados por crime que não permita o exercício do cargo.

## Art. 23 - Compete à Diretoria:

- elaborar o programa anual de atividades e executá-lo;
- elaborar e apresentar à Assembleia Geral, o relatório anual;
- entrosar-se com instituições públicas e privadas para a mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- IV convocar a Assembleia Geral:
- V contratar e demitir funcionários;
- VI praticar atos da gestão administrativa;
- VII deliberar sobre orçamento e sobre o valor da contribuição anual, ou mensal;
- VIII nomear e distribuir Comissões Auxiliares;
- aprovar as propostas para admissão de associados e;
- X outras funções que lhes forem atribuídas pelo respectivo regimento, aprovadas pela Assembleia Geral.

## Art. 24 - Compete ao Presidente:

- representar a Associação, ativamente e passivamente, extrajudicialmente;
- II cumprir e fazer cumprir os Estatutos e o Regimento Interno;
- III presidir a Assembleia Geral;
- IV convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- assinar com o primeiro tesoureiro, os documentos e papeis que representem ou impliquem em movimentação de valores, pagamentos, endossos, emissões, saques ou qualquer outra responsabilidade ou obrigações;
- VI assinar, com o Primeiro-secretário as atas das reuniões das Assembleias e da Diretoria e,

10,160

DICA C

Rua São Bento, 700 – 4º Andar – salas 41 e 42 – Centro – Araraquara/SP Declarada de Utilidade Pública Municipal em 10/02/1999 Inscrição COFRAS nº 5376 – Inscrição CMAS n° 27 Registro no COMCRIAR nº 004 – CNPJ – 01.053.806/0001-00 Utilidade Pública Federal 03/04 – Fone (16) 3333 1212

VII - dirigir e supervisionar todas as atividades da associação, podendo, para tanto, admitir e dispensar empregados, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, bem como, contratar a locação de serviços de trabalhadores eventuais e sem vínculo empregatício, quando for o caso.

## Art. 25 - Compete ao Vice-presidente:

- substituir o presidente em suas faltas ou impedimentos;
- Il assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término e,
- III prestar, e modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

## Art. 26 - Compete ao primeiro Secretário:

- secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia Geral e redigir as competentes atas;
- II assinar, com o Presidente, as atas das reuniões das Assembleias e da Diretoria;
- III publicar todas as notícias das atividades da entidade e,
- IV preparar com o presidente, os relatórios e as pautas das reuniões.

## Art. 27- Compete ao Segundo secretário:

- substituir o primeiro secretário em suas faltas ou impedimentos;
- Il assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término e.
- III prestar, de modo geral, a sua colaboração ao primeiro secretário.

## Art. 28 - Compete ao Tesoureiro:

- arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos em dinheiro ou em bens, mantendo em dia a escrituração, toda comprovada;
- assinar com o presidente, os documentos e papeis que representem ou impliquem em movimentação de valores, pagamentos, endossos, emissões, saques ou qualquer outra responsabilidade ou obrigações;
- III pagar as contas das despesas, autorizadas pelo Presidente;



TO ACT

ARARAGUARA

Rua São Bento, 700 – 4º Andar – salas 41 e 42 – Centro – Araraquara/SP
Declarada de Utilidade Pública Municipal em 10/02/1999
Inscrição COFRAS nº 5376 – Inscrição CMAS n° 27
Registro no COMCRIAR nº 004 – CNPJ – 01.053.806/0001-00
Utilidade Pública Federal 03/04 – Fone (16) 3333 1212

- X
- apresentar relatórios de receita e despesas, sempre que forem solicitados;
- apresentar relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral;
- VI apresentar semestralmente o balancete ao Conselho Fiscal e,
- VII conservar sob sua guarda e responsabilidade, o numerário e documentos relativos à tesouraria, inclusive contas bancárias.
- Art. 29 Compete ao Segundo Tesoureiro:
- substituir o primeiro tesoureiro em suas faltas ou impedimentos;
- Il assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término e,
- III prestar, de modo geral, a sua colaboração ao primeiro tesoureiro.
- Art. 30 Fica expressamente vedado o uso do nome da PARA-DV para qualquer fim estranho às suas finalidades, como fianças, avais ou quaisquer outros atos de favor.

## Seção III

## Do Conselho Fiscal

- Art. 31 O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, entre os associados.
- § 1º O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Direto a.
- § 2º Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o término.
- Art. 32 O Conselho Fiscal tem as atribuições e os poderes que são conferidos por lei, sendo competente, dentre outras atribuições, para:
- opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade, devendo a Diretoria prestar todas as informações solicitadas;
- examinar as contas da Diretoria no final de cada exercício, submetendo-as à aprovação da Assembleia Geral;

DE PASSON JUR

PARA-D.V. – Associação para o Apoio e Integração do Deficiente Visual Rua São Bento, 700 – 4º Andar – salas 41 e 42 – Centro – Araraquara/SP Declarada de Utilidade Pública Municipal em 10/02/1999 Inscrição COFRAS nº 5376 – Inscrição CMAS n° 27 Registro no COMCRIAR nº 004 – CNPJ – 01.053.806/0001-00

Utilidade Pública Federal 03/04 – Fone (16) 3333 1212

III - auxiliar a Diretoria, sempre que solicitado;

 IV - examinar o balancete mensal apresentado pelo Primeiro Tesoureiro, opinando a respeito;

opinar sobre a aquisição e alienação de bens, por parte da instituição;

VI - sugerir a contratação e acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes e,

VII - convocar extraordinariamente a Assembleia Geral.

 $\S 1^{\circ}$  - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada seis meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

 $\S~2^{\circ}$  - Os membros do Conselho Fiscal desempenharão as suas funções e atribuições sem remuneração.

## **CAPÍTULO V**

1

## Do Patrimônio e das Fontes de Recursos

Art. 33 - O patrimônio da PARA-DV será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, benfeitorias, ações, apólices da dívida pública, títulos de renda ou emprego de capital de natureza semelhante à moeda correntes e direitos que venham a ser acrescentados por meio de doações de pessoas físicas, de pessoas jurídicas de direito privado e de pessoas jurídicas de direito público.

Art. 34 - A PARA-DV não constituirá patrimônio exclusivo de um grupo determinado de indivíduos, famílias, entidades de classe ou de sociedade sem caráter beneficente de assistência social.

Art. 35 - A alienação, hipoteca, penhor, venda ou troca dos bens patrimoniais da associação somente poderá ser decidida por aprovação da maioria absoluta da Assembleia Geral extraordinária, convocada especificamente para tal fim.

Art. 36 - As fontes de recursos da PARA-DV, são:

as contribuições de associados;

X

TO A60 2023

E PESSUA JUNIO

Rua São Bento, 700 – 4º Andar – salas 41 e 42 – Centro – Araraquara/SP

Declarada de Utilidade Pública Municipal em 10/02/1999

Inscrição COFRAS nº 5376 – Inscrição CMAS n° 27

Registro no COMCRIAR nº 004 – CNPJ – 01.053.806/0001-00

Utilidade Pública Federal 03/04 – Fone (16) 3333 1212

- auxílios e donativos em dinheiro;
- III Rendas provenientes dos resultados de suas atividades;
- IV Usufrutos que lhe forem constituídos;
- V Rendas provenientes dos títulos, ações ou ativos financeiros de sua propriedade ou operações de crédito;
- VI Doações e quaisquer outras formas de benefícios que lhe forem destinadas;
- VII Subvenções, dotações, contribuições e outros auxílios estipulados em favor da PARA-DV pela União, pelos Estados e pelos Municípios, bem como por pessoas físicas, instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- VIII convênios, apoios e financiamentos,
- Rendas próprias de imóveis que vier a possuir e pelos rendimentos auferidos de explorações dos bens que terceiros confiarem à sua administração e,
- Contribuições e valores recebidos em razão de eventos, projetos, pesquisas, cursos, concursos, oficinas, seminários, congressos, shows, comercialização de produtos e congêneres, publicação de livros e prestações de serviços, desde que não incompatíveis com o livre desenvolvimento das atividades da associação.
- Art. 37 As atividades de prestação de serviços, comercialização de produtos ou congêneres, eventualmente realizadas pela Entidade, tratam-se de meio para manutenção da consecução das finalidades estatutárias.
- Art. 38 Todo patrimônio e receitas da associação serão destinados aos objetivos á que se propõe, quando possível, no acréscimo de seu patrimônio e os aplicará integralmente no território nacional.

Parágrafo Único - A aplicação de recursos financeiros no patrimônio da instituição deve obedecer a planos que tenham em vista:

- I A garantia dos investimentos;
- II A manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados.
- Art. 39 As subvenções e doações advindas dos poderes públicos deverão ser aplicadas dento do Município de sua sede, ou, no caso de haver unidades prestadoras de serviços a ela vinculadas, no âmbito do Estado concessor.

18 OFICIAL DE AUGISTR
DE PESSOA JURIDI

Rua São Bento, 700 – 4º Andar – salas 41 e 42 – Centro – Araraquara/SP Declarada de Utilidade Pública Municipal em 10/02/1999
Inscrição COFRAS nº 5376 – Inscrição CMAS n° 27
Registro no COMCRIAR nº 004 – CNPJ – 01.053.806/0001-00
Utilidade Pública Federal 03/04 – Fone (16) 3333 1212

Art. 40 - A PARA-DV associação não distribuirá, entre seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades e os aplicará integralmente na consecução do seu objetivo social.



## CAPÍTULO VI

## Da Prestação de Contas

Art. 41 - A Prestação de contas da PARA-D.V. observará as seguintes normas:

- I Os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II A Associação manterá escrituração de suas receitas e despesas, com a formalidades capazes de assegurar a sua exatidão;
- III A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento de exercício fiscal, de demonstração financeira da entidade;
- IV A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentemente se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento.

#### **CAPÍTULO VII**

## Do Exercício Social

- Art. 42 O exercício social terá a duração de um ano, iniciando-se em 1° de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano.
- Art. 43 Ao fim de cada exercício social, a Diretoria elaborará, com base na escrituração contábil da associação, um balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício e uma demonstração das origens e aplicações de recursos.

PARA-D.V. – Associação para o Apoio e Integração do Deficiente Visual Rua São Bento, 700 – 4º Andar – salas 41 e 42 – Centro – Araraquara/SP Declarada de Utilidade Pública Municipal em 10/02/1999 Inscrição COFRAS nº 5376 - Inscrição CMAS nº 27 Registro no COMCRIAR nº 004 - CNPJ - 01.053.806/0001-00 Utilidade Pública Federal 03/04 – Fone (16) 3333 1212

## CAPÍTULO VIII

## Das eleicões

Art. 44 - A Diretoria e o Conselho fiscal serão eleitos com base nos seguintes critérios:

- Associado pertencente ao quadro social há, no mínimo, 2 (dois) anos, excetuada a primeira composição;
- Pleno gozo dos direitos estatutários, bem como quitação com as obrigações estatutárias;
- Eleição decidida pela anuência da maioria simples dos associados presentes III em assembleia Geral, nos termos do artigo 17, inciso I.

## **CAPÍTULO IX**

## Da Extinção da Associação

Art. 45 - A associação poderá ser extinta por deliberação dos associados, em qualque tempo, quando se torne impossível a continuação de suas atividades, desde que se a convocada uma Assembleia Geral extraordinária para tal fim, a qual deverá observar as regras previstas no parágrafo 1° do artigo 17 do presente estatuto e poderá, também, ser extinta nas demais formas previstas em lei.

Art. 46 - Em caso de dissolução ou extinção, destinará o eventual patrimônio remanescente a entidade congênere, dotada de personalidade jurídica, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, com sede e atividades preponderantemente no Estado de São Paulo, preferencialmente no município de origem, e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS; inexistindo, a uma entidade pública.

Parágrafo Único - Não haverá, em hipótese alguma, a restituição aos associados das contribuições que tiverem prestado ao patrimônio da associação.

RARAGUARA

Rua São Bento, 700 – 4º Andar – salas 41 e 42 – Centro – Araraquara/SP Declarada de Utilidade Pública Municipal em 10/02/1999 Inscrição COFRAS nº 5376 – Inscrição CMAS n° 27 Registro no COMCRIAR nº 004 – CNPJ – 01.053.806/0001-00 Utilidade Pública Federal 03/04 – Fone (16) 3333 1212

Art. 47 - Na hipótese de obtenção e posterior perda da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou a qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos mesmos termos.

## CAPÍTULO X

## Da Alteração do Estatuto

Art. 48 - O presente Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, em qualquer tempo, por Assembleia Geral designada para esse fim, mediante deliberação de 2/3 (dois terços) dos presentes, exigindo-se para sua instalação maioria absoluta em primeira convocação e, pelo menos, 1/3 (um terço) em segunda.

## CAPÍTULO XI

Das Disposições Gerais

Art. 49 - As disposições do Estatuto alterado entrarão em vigor na data de seu registro em cartório.

Art. 50 - Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral.

Araraguara, 11 de Julho de 2023

Edson Ribeiro Viana

Presidente

Márcio Richade Eiras

Advogado

OAB/SP 158555

9

1

7

# 1º Oficial de Registro Civil de Pessoa Jurídica de Araraquara Av. Brasil, 599 - Centro - Araraquara - SP

Apresentado hoje, protocolado no livro A-22 registrado e microfilmado sob N° 47879 em 10 de agosto de 2023.

Microfilme anterior 47878

RNAMO HENRIQUE RUGNO DA SILVA. Escrevente autorizado(a)

EMOL	ESTADO	SEFAZ	R.CIVIL	T.J.	FEDMP	ISS	TOTAL	-
133,73	38,11	26,03	7,06	9,14	6,44	3,92	224,43	